



RELATÓRIO

COMPILAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

1ª ETAPA

I - PREÂMBULO

Contrato nº 12 – 19/11/2024

Processo administrativo nº 146/2024

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS/SP

Licitação: dispensada, nos termos do art. 75, II, da Lei federal nº 14.133/2021.

Objeto: contratação de serviços técnicos e especializados de levantamento, análise, cadastramento, indexação e revisão sistemática contínua da legislação municipal e disponibilização em sistema informatizado de consulta legislativa desenvolvido para web e em aplicativo para dispositivos móveis.

II – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços compreendidos na 1ª etapa do processo da compilação da legislação municipal estão sendo realizados nas instalações da contratada, com a utilização de equipamentos e insumos próprios.

A equipe incumbida da tarefa em comento é composta por colaboradores qualificados e treinados para realizar a análise do acervo legislativo municipal, formatação de textos normativos e inserção de dados em sistema informatizado desenvolvido pela própria contratada.

Os colaboradores envolvidos neste projeto foram contratados diretamente pela empresa SINO INFORMÁTICA e não possuem vínculo algum com a contratante.

Todos os dados submetidos à sobredita análise foram obtidos a partir de arquivos disponibilizados em mídia eletrônica pela Câmara Municipal de Dois Córregos.



III – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A 1ª etapa compreende os seguintes processos, *in verbis*:

“3.1. 1ª ETAPA – LEVANTAMENTO, ANÁLISE, CADASTRAMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS

3.1.1. Levantamento, análise e cadastramento das seguintes normas municipais:

- a) leis ordinárias;
- b) leis complementares;
- c) decretos legislativos;
- d) resoluções; e,
- e) Lei Orgânica Municipal e respectivas emendas.

(...)

3.1.2. As normas municipais serão disponibilizadas pela Câmara Municipal de Dois Córregos em meio eletrônico ou impresso.

3.1.2.1. No caso de disponibilização de material impresso em sua versão original, a contratada deverá designar um preposto para fazer a retirada da documentação pessoalmente na Câmara Municipal de Dois Córregos, para digitalização em sua própria sede e posterior devolução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para cada lote retirado.

3.1.3. O levantamento compreende a verificação dos documentos eletrônicos disponibilizados pela Câmara Municipal de Dois Córregos quanto aos aspectos de autenticidade e integridade.

3.1.4. A análise compreende o estudo das normas municipais para o fim de estabelecer sua classificação temática, bem como a situação jurídica e os relacionamentos que eventualmente existam com outras normas.

3.1.4.1. A classificação temática será realizada de acordo com a metodologia apresentada pela contratada e aprovada pela Câmara Municipal de Dois Córregos.

3.1.4.2. A situação jurídica mencionada deve ser atribuída de acordo com os seguintes critérios:



- a) Não consta revogação expressa;
- b) Revogada expressamente;
- c) Declarada parcialmente ou totalmente inconstitucional pelo Poder Judiciário;
- d) Eficácia suspensa pelo Poder Judiciário; e,
- e) Eficácia prejudicada.

3.1.4.3. Os relacionamentos consistem nos registros das alterações expressas existentes na norma, bem como das normas que a ela façam referência expressa ou referidas por ela, inclusive, quando a norma referida for proveniente da esfera estadual ou federal.

3.1.5. Cadastramento das normas municipais em software cedido pela empresa contratada e disponibilização do mesmo em forma de seção da página oficial da Câmara Municipal de Dois Córregos na web.

3.1.6. O software deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes campos de cadastro:

- a) número da norma;
- b) espécie normativa;
- c) data da promulgação;
- d) ementa;
- e) classificação temática;
- f) situação jurídica;
- g) alterações / referências;
- h) link de acesso ao projeto que originou a norma.

3.1.7. Elaboração de relatório técnico contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) relação de normas cadastradas no software;
- b) relação de normas faltantes, incompletas e/ou ilegíveis;
- c) relação de normas disponibilizadas pela contratante em formato digital;
- d) relação de normas com eficácia suspensa ou declaradas inconstitucionais pelo Poder Judiciário.

3.1.8. Prazo de execução da 1ª Etapa: 2 (dois) meses, contados a partir da assinatura do contrato.”



IV – DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

- **Período em referência:** 19/11/2024 a 19/01/2025.
- A contratante disponibilizou **5613 (cinco mil, seiscientos e treze)** cadastros de normas municipais, obtidos através de conversão realizada com a base de dados disponibilizada no SISCAM, através do seguinte link “<https://doiscorregos.siscam.com.br/index/75/8>”, conforme segue:

Tipo de Norma	Previsto	Cadastrado	Arquivo Eletrônico (PDF)	Arquivo Eletrônico (DOC)
<i>Lei Orgânica</i>	1	1	1	0
<i>Emendas à LOM</i>	23	22	6	0
<i>Lei ordinária</i>	5287	5241	5214	0
<i>Lei complementar</i>	68	63	62	0
<i>Resolução</i>	327	79	64	0
<i>Decreto Legislativo</i>	244	207	57	0
TOTAL	5950	5613	5404	0

LEIS ORDINÁRIAS

- Lei ordinária mais *recente*: nº 5.251, de 12 de novembro de 2024¹;
- Lei ordinária mais *antiga*: nº 1, de 9 de fevereiro de 1948²;
- O levantamento inicial das leis ordinárias resultou no acesso a **5214 (cinco mil, duzentos e catorze)** textos em formato eletrônico, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- As leis ordinárias nº 3.890/13, 3.891/13, 3.892/13, 3.893/13, 3.894/13, 3.895/13, 3.896/13, 3.897/13, 3.898/13 e 3.899/13 **não** foram editadas devido a equívoco na numeração, conforme consta em nota explicativa anexada aos respectivos cadastros;
- As seguintes leis **não** estão instruídas com os respectivos *anexos*: lei nº 5.165/24 (Plano Diretor de Turismo) e lei nº 4.942/22 (mapa);

¹ Ementa: “Confere denominação de José Antônio Mazziero à Praça da Macadâmia localizada entra as Avenidas Doutor Godofredo Shcilini e Antônio Ferro.”

² Ementa: “Regulamenta as disposições legais relativas ao Imposto de Indústrias e Profissões no Município.”



- As leis nº 4.106/15 e 3.490/09 estão **incompletas** (*páginas faltantes*);
- A lei nº 702/69 está **ilegível**;
- A relação das leis ordinárias faltantes, incompletas ou ilegíveis encontra-se em anexo.

LEIS COMPLEMENTARES

- Lei complementar mais recente: **nº 64, de 16 de setembro de 2024³**;
- Lei complementar mais antiga: **nº 1, de 05 de julho de 2005⁴**;
- O levantamento inicial das leis complementares resultou no acesso a **62 (sessenta e dois)** textos em formato eletrônico, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- A relação das leis complementares faltantes, incompletas ou ilegíveis encontra-se em anexo.

DECRETOS LEGISLATIVOS

- Decreto legislativo mais recente: **nº 244, de 26 de novembro de 2024⁵**;
- Decreto mais antigo: **nº 1, de 14 de novembro de 1968⁶**;
- O levantamento inicial dos decretos legislativos resultou no acesso a **57 (cinquenta e sete)** textos em formato eletrônico, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- A relação dos decretos legislativos faltantes, incompletos ou ilegíveis encontra-se em anexo.

³ Ementa: “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração, redação, alteração e consolidação da legislação municipal de Dois Córregos e determina a padronização das leis e outros atos normativos.”

⁴ Ementa: “Estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.”

⁵ Ementa: “Concede título de cidadão Dois-Correguense ao senhor Florisvan Bezerra Gomes.”

⁶ Ementa: “Fixa subsídios e a verba de representação do Prefeito Municipal e os vencimentos do Sub-Prefeito do Distrito de Guarapuã.”



RESOLUÇÕES

- Resolução mais recente: **nº 327, de 14 de maio de 2024⁷**;
- Resolução mais antiga: **nº 3, de 3 de fevereiro de 1948⁸**;
- O levantamento inicial das resoluções resultou no acesso a **64 (sessenta e quatro)** textos em formato eletrônico, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- A relação das resoluções faltantes, incompletas ou ilegíveis encontra-se em anexo.

EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

- Emenda à Lei Orgânica mais recente: **nº 23, de 14 de março de 2023⁹**;
- Emenda à Lei Orgânica mais antiga: **nº 1, de 24 de setembro de 1990¹⁰**;
- Não foi disponibilizado o texto original da Lei Orgânica Municipal, mas apenas uma versão consolidada até a Emenda nº 23, de 14 de março de 2023, **fazendo-se necessário o envio do arquivo original**;
- O levantamento inicial das emendas à Lei Orgânica Municipal resultou no acesso a **apenas 6 (seis)** textos em formato eletrônico¹¹, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- Não há informações sobre a **Emenda nº 8**.

⁷ Ementa: “Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito do Poder Legislativo de Dois Córregos.”

⁸ Resumo: “Conceder ao Vereador Sr. Antenor Belisário, licença.”

⁹ Ementa: “Altera os arts. 23, 106 e 106A da Lei Orgânica Municipal.”

¹⁰ Ementa: “Altera e revoga dispositivo da Lei Orgânica do Município de Dois Córregos.”

¹¹ Fonte: <https://doiscoregos.siscam.com.br/index/75/8>



V – NORMAS DECLARADAS INCONSTITUCIONAIS PELO TJSP

Norma	nº	Data	Processo nº	Data do Acórdão
Lei complementar	10 ¹²	28/02/2014	2114970-57.2015.8.26.0000	19/10/2016
Lei ordinária	4091 ¹³	13/05/2015	2103492-52.2015.8.26.0000	11/11/2015
Lei ordinária	3210 ¹⁴	29/05/2007	2012365-57.2020.8.26.0000	22/07/2020
Lei ordinária	3644	14/06/2011		

VI – CONCLUSÃO

Isto posto, requer seja efetuado o recebimento dos serviços compreendidos na **1ª etapa** prevista no Termo de Referência constante do Processo Administrativo nº 146/2024, e, por conseguinte, seja autorizada a emissão de nota fiscal pela contratada, nos termos da cláusula 6ª do Contrato nº 12/2024.

Piracicaba, 5 de fevereiro de 2025.

SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

¹² “Declaração parcial de inconstitucionalidade dos artigos 3º, 4º e 6º, Anexos II e III, da Lei Complementar nº 10, de 28 de fevereiro de 2014.”

¹³ “Declaração parcial de inconstitucionalidade para o fim de declarar, com efeito ex tunc, a inconstitucionalidade do art. 2º, da Lei nº 4.091, de 13 de maio de 2015.”

¹⁴ “Declara a inconstitucionalidade do art. 1º, § 8º, da Lei n. 3.210, de 29 de maio de 2007.”



ANEXO I

CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

LEIS ORDINÁRIAS					
Ano	Numeração		Cadastros	Leis ordinárias ausentes, ilegíveis ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1948	1	13	13	-	0
1949	14	40	27	25	1
1950	41	50	10	-	0
1951	51	75	25	57	1
1952	76	95	20	-	0
1953	96	121	26	-	0
1954	122	139	18	-	0
1955	140	153	14	-	0
1956	154	181	28	166	1
1957	182	215	34	-	0
1958	216	262	47	-	0
1959	263	285	23	-	0
1960	286	345	60	314	1
1961	346	394	49	-	0
1962	395	439	44	397	1
1963	440	470	31	-	0
1964	471	505	35	-	0
1965	506	542	36	539	1
1966	543	581	39	557, 577	2
1967	582	614	32	613	1
1968	615	670	54	651, 652	2
1969	671	715	45	702	1
1970	716	753	38	-	0
1971	754	789	36	-	0
1972	790	820	31	-	0
1973	821	865	45	-	0
1974	866	914	49	-	0



LEIS ORDINÁRIAS

Ano	Numeração		Cadastros	Leis ordinárias ausentes, ilegíveis ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1975	915	948	34	922	1
1976	949	997	49	-	0
1977	998	1027	30	-	0
1978	1028	1077	50	-	0
1979	1078	1114	37	-	0
1980	1115	1180	66	-	0
1981	1181	1230	50	1181	1
1982	1231	1264	34	-	0
1983	1265	1310	46	1267	1
1984	1311	1394	84	1315	1
1985	1395	1451	57	-	0
1986	1452	1515	64	-	0
1987	1516	1570	55	-	0
1988	1571	1630	60	-	0
1989	1631	1740	110	-	0
1990	1741	1818	78	-	0
1991	1819	1893	75	1840	1
1992	1894	1977	84	1971	1
1993	1978	2019	41	2013	1
1994	2020	2114	95	-	0
1995	2115	2208	94	-	0
1996	2209	2282	74	-	0
1997	2283	2357	75	-	0
1998	2358	2424	67	-	0
1999	2425	2505	79	2448, 2453	2
2000	2506	2604	99	2565	1
2001	2605	2711	107	-	0
2002	2712	2773	62	2771	1
2003	2774	2883	110	2822, 2855, 2860	3
2004	2884	2993	110	2993	1
2005	2994	3101	108	-	0



LEIS ORDINÁRIAS

Ano	Numeração		Cadastros	Leis ordinárias ausentes, ilegíveis ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
2006	3102	3180	79	-	0
2007	3181	3282	103	-	0
2008	3283	3376	94	3336	1
2009	3377	3494	118	3490	1
2010	3495	3594	100	-	0
2011	3595	3733	139	3630	1
2012	3734	3844	111	-	0
2013	3845	3937	93	-	0
2014	3938	4050	113	3984, 3997, 3998, 3999	4
2015	4051	4163	113	4106	1
2016	4165	4266	102	4164	1
2017	4267	4369	101	4295, 4296	2
2018	4370	4457	88	-	0
2019	4458	4558	101	-	0
2020	4559	4664	106	-	0
2021	4665	4804	140	-	0
2022	4805	4958	154	4942	1
2023	4959	5109	151	-	0
2024	5110	5251	142	5110, 5165	2
TOTAL:			5241		41



LEIS COMPLEMENTARES

Ano	Numeração		Cadastros	Leis complementares ausentes, ilegíveis ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
2005	1	2	2	-	0
2006	3	3	1	-	0
2007	-	-	0	-	0
2008	-	-	0	-	0
2009	-	-	0	-	0
2010	-	-	0	-	0
2011	4	4	1	-	0
2012	5	7	3	-	0
2013	8	8	1	-	0
2014	9	18	10	-	0
2015	19	19	1	-	0
2016	20	24	5	-	0
2017	25	31	7	-	0
2018	33	37	5	32	1
2019	38	41	4	-	0
2020	42	42	1	-	0
2021	43	45	3	-	0
2022	46	51	6	-	0
2023	52	60	9	54	1
2024	61	64	4	-	0
TOTAL:			63		2



DECRETOS LEGISLATIVOS

Ano	Numeração		Cadastrados	Decretos legislativos ausentes, ilegíveis ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1968	1	1	1	1	1
1969	-	-	0	-	0
1970	-	-	0	-	0
1971	2	3	2	2, 3	2
1972	4	7	4	4, 5, 6, 7	4
1973	8	9	2	8, 9	2
1974	10	12	3	10, 11, 12	3
1975	13	15	3	13, 14, 15	3
1976	16	18	3	16, 17, 18	3
1977	19	20	2	19, 20	2
1978	21	24	5	21, 22, 23, 24	4
1979	25	26	2	25, 26	2
1980	27	28	2	27, 28	2
1981	29	29	1	29	1
1982	30	33	4	30, 31, 32, 33	4
1983	34	35	2	34, 35	2
1984	36	36	1	36	1
1985	37	38	2	37, 38	2
1986	40	44	5	39, 40, 41, 42, 43, 44	6
1987	45	47	3	45, 46, 47	3
1988	48	49	2	48, 49	2
1989	-	-	0	-	0
1990	-	-	0	-	0
1991	-	-	0	-	0
1992	52	54	3	50, 51, 52, 53, 54	5
1993	55	57	3	55, 56, 57	3
1994	58	58	1	58	1
1995	59	61	3	59, 60, 61	3
1996	62	66	5	62, 63, 64, 65, 66	5



DECRETOS LEGISLATIVOS

Ano	Numeração		Cadastrados	Decretos legislativos ausentes, ilegíveis ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1997	67	67	0	67	1
1998	68	68	1	68	1
1999	69	72	5	69, 69A, 70, 71, 72	5
2000	73	80	8	73, 74, 75, 76, 77, 78, 78A, 79, 80	9
2001	81	81	1	81	1
2002	82	83	2	82, 83	2
2003	84	93	10	84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93	10
2004	94	104	11	94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104	11
2005	105	117	13	105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117	13
2006	-	-	0	-	0
2007	-	-	0	-	0
2008	-	-	0	-	0
2009	-	-	0	-	0
2010	148	164	17	118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164	47
2011	165	170	6	168	1
2012	171	180	9	176, 177, 178, 179, 180	5
2013	181	186	6	181, 182	2
2014	187	192	5	183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192	10
2015	-	-	0	-	0
2016	196	202	7	193, 194, 195	3
2017	203	204	2	-	0
2018	205	211	7	-	0
2019	212	219	8	-	0
2020	220	223	4	-	0



DECRETOS LEGISLATIVOS

Ano	Numeração		Cadastrados	Decretos legislativos ausentes, ilegíveis ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
2021	224	227	4	-	0
2022	228	232	5	-	0
2023	233	237	5	-	0
2024	238	244	7	243, 244	2
TOTAL:			207		189



RESOLUÇÕES					
Ano	Numeração		Cadastradas	Resoluções ausentes, ilegíveis ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1948	3	4	2	1, 2, 3, 4	4
1949	6	7	2	5, 6, 7	3
1950 a 2009	-	-	0	8 a 245	237
2010	246	247	2	246, 247	2
2011	248	248	1	-	0
2012	249	250	2	249, 250	2
2013	251	254	3	251, 252, 253, 254	4
2014	256	261	4	255, 256, 257, 258, 259, 260, 261	7
2015	-	-	0	-	0
2016	266	267	2	262, 263, 264, 265	4
2017	268	274	7	-	0
2018	275	287	13	-	0
2019	288	295	8	-	0
2020	296	300	5	-	0
2021	301	305	5	-	0
2022	306	310	6	-	0
2023	311	324	14	-	0
2024	325	327	3	-	0
TOTAL:			79		263

Observações:

- As normas grafadas na cor **vermelha** possuem informações de cadastro, porém estão sem o correspondente texto, ou com texto incompleto ou ilegível.